

A economia gaúcha durante o Estado Novo¹

René E. Gertz
PUCRS/UFRGS

O sucesso econômico – real ou alegado – constitui uma das tentativas de legitimação mais recorrentes em regimes autoritários. Em 8 de maio de 1940, o órgão oficial do governo gaúcho *Jornal do Estado* escreveu: “E amanhã, quando balanceadas as contribuições de cada uma das unidades da Federação à obra enorme do Estado Novo, veremos que a do Rio Grande do Sul foi das maiores e mais decisivas, por isso que, integrada completamente em seus princípios, marcha a gleba gaúcha para a conquista acelerada daquele estágio de grandeza e de prosperidade que o regime preconizou na hora memorável em que surgiu”. E, dois anos depois, em 1942, num livro comemorativo, intitulado *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*, também publicado com as bênçãos oficiais, podia ler-se, no início de um capítulo sobre a “Geografia econômica”, que “o progresso que o Rio Grande atingiu nestes últimos tempos é simplesmente assombroso em todos os setores da vida humana”.²

Já o ex-interventor Cordeiro de Farias, em seu depoimento autobiográfico, dado cerca de 40 anos após os acontecimentos, apesar de ter destacado com muita ênfase algumas de suas realizações, como a “nacionalização”, a melhoria das estradas e a produção de trigo, foi bem mais comedido na avaliação global da economia gaúcha durante seu governo. “Nunca pretendi dar passos gigantes, sempre fui gradualista e tive os pés no chão”. Sua justificativa para não ter empenhado mais a fundo a máquina administrativa a favor da economia estadual foi a de que “um estado não pode viver em regime deficitário”. Destacou também que nunca contou com apoio federal: “durante meu período como interventor, o Rio Grande se desenvolveu independentemente da ajuda do governo federal ou de empréstimos tomados no exterior”. Pouco mais adiante relatou que a única ajuda que obteve do poder central, no campo econômico, foi em 1941, quando, após a grande enchente, conseguiu um empréstimo para auxiliar os mais atingidos, a juros de 4%, quando o preço dos juros no mercado, naquele momento, era de 8%.³

Tomando-se o Brasil como um todo, um dos aspectos mais destacados pela historiografia sobre o Estado Novo no que tange à economia é o processo de industrialização, que, mesmo iniciado no imediato pós-1930, teria experimentado um impulso especial durante os anos de 1937 a 1945, graças, sobretudo, à política oficial nesse

¹ Texto apresentado na XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em Curitiba, 27-30 de julho de 2004. Está publicado em Anais da XXIV Reunião da SBPH. Curitiba: SBPH, 2005, p. 69-78.

² Silva, Morency do Couto e; Pires, Arthur Porto; Schidrowitz, Léo Jerônimo (orgs.). *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Editora Cosmos Ltda., 1942, p. 101.

³ Camargo, Aspasia & Góes, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1981, p. 256 e 258.

sentido. Mas as afirmações dos analistas apontam numa direção diferente quando se trata do Rio Grande do Sul. Na sua análise do Conselho Administrativo de Estado, Dilan Camargo afirmou que “no Rio Grande do Sul o Estado não interveio na economia para traçar um rumo industrializante, mas para tratar da defesa dos produtos agropecuários”.⁴ Pedro Silveira Bandeira apresentou dados que diagnosticam que o quadro geral da economia gaúcha apresentou uma tendência decadente no período, ao menos em termos de comparação com o Brasil como um todo, assim que a participação do Rio Grande do Sul no PIB brasileiro teria decaído na década de 1940, de 10,33% em 1939, para 8,64% em 1949⁵, o que sugere que nem indústria nem agropecuária tiveram desenvolvimento igual – mas, sim, inferior – à média nacional. Um estudo de José Antônio Fialho Alonso sobre a renda nas diversas regiões dentro do estado mostrou que – abstraindo de eventuais distorções provocadas pelo crescimento demográfico – no período 1939 a 1949 somente a micro-região da Lagoa Mirim teve uma pequena alta na renda per capita, enquanto todas as demais regiões se mantiveram, no mínimo, estagnadas. O que mais uma vez indica que nem indústria nem agropecuária tiveram crescimento suficiente para superar os níveis de crescimento demográfico.⁶ Ronaldo Herrlein Júnior, também numa avaliação mais geral dos anos 1930-40, informou que “a forma de articulação do RS com a economia nacional e o padrão regional de acumulação pouco se alteraram no período” e que “na agricultura havia fortes indicações de que se iniciara um processo de esgotamento da produtividade na lavoura colonial”, em grande parte causado pela fragmentação da terra, da mesma forma que “o latifúndio permaneceu consolidado ao sul do estado, sem que a pecuária extensiva alterasse seu padrão produtivo”.⁷ Isso também significaria que nem indústria nem agropecuária deram saltos qualitativos e quantitativos de relevo. Em sua história política do Rio Grande do Sul referente ao período 1930 a 1964, Carlos Cortés referiu-se a uma certa euforia econômica, derivada do aumento da demanda no mercado de produtos que o estado exportava, mas que “apesar de um programa intenso de obras públicas pelo governo gaúcho, o Estado Novo, de fato, enfraqueceu a posição do Rio Grande na estrutura econômica nacional”.⁸

Mas, por outro lado, podemos encontrar dados estatísticos que apontam para direções diferentes. Ani Maria Schiphorst Haas, em um estudo sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, apresentou números que estão reproduzidos na Tabela A, e que permitem deduzir que ao menos a indústria teve um impulso significativo no período.

⁴ Camargo, Dilan D’Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul. O Conselho Administrativo de Estado*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (dissertação de mestrado), p. 191.

⁵ Bandeira, Pedro Silveira. *O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira*. Porto Alegre: FEE, 1988, p. 62.

⁶ Alonso, José Antônio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais da renda interna no Rio Grande do Sul, 1939-1970*. Porto Alegre: FEE, 1984, p. 94-95.

⁷ Herrlein Jr., Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 23, número especial, 2002, p. 651 e segs. Cf., também, Herrlein JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 14, 2002, p. 103-118; e Schmidt, Carlos & Herrlein Junior, Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: uma trajetória histórica e projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 23, nº 1, 2002, p. 262 e segs.

⁸ Cortés, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil. The politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974, p. 98.

Tabela A: <i>Dados sobre a indústria gaúcha em 1920, 1937 e 1946</i>						
	1920		1937		1946	
Estabelecimentos	1.773	100	7.929	447	22.235	1.254
Capital (milhões de Cr\$)	251	100	600	239	2.521	1.004
Operários	24.660	100	55.720	225	106.700	432
Força motriz (HP)	30.345	100	61.265	210	288.394	950
Produção (milhões de Cr\$)	354	100	1.265	357	7.765	2.193
Fonte: Haas, Ani Maria Schiphorst. <i>A industrialização no Rio Grande do Sul – o empresário industrial do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre, 1971 (mimeografado).						

Observando-se os índices colocados ao lado dos números absolutos – que facilitam uma comparação das variações nos três momentos –, verifica-se, de forma clara, entre 1937 e 1945, um salto no crescimento dos cinco indicadores apresentados sobre a indústria – mesmo que se deva levar em conta o fator inflação nos indicadores “capital” e “produção” e mesmo que o indicador “estabelecimentos” tenha valor relativo, já que seria possível que, por alguma razão, houvessem proliferado estabelecimentos pequenos, sem grande expressão, e se tivessem estagnado ou até diminuído os grandes, mesmo assim, os indicadores com índices de crescimento mais baixos – os de “operários” e de “força motriz” – ainda apontam para um crescimento real muito significativo.

Deixemos de lado o indicador “estabelecimentos”, e tomemos os indicadores “força motriz” e “produção”, que, no primeiro período (1920-1937), foram os dois de menor e de maior crescimento. Calculando os respectivos percentuais de crescimento, chegamos a 110% e 257%, em 17 anos, com uma média anual de 6,4% e 15%, respectivamente. Aplicando o mesmo raciocínio para o período 1937-1946, teríamos 252% e 514%, com médias anuais de 25% e 51%. Ainda que esses números sejam exagerados, apontam para um crescimento intenso durante o Estado Novo.

Além do crescimento dos citados indicadores, também a produtividade da indústria gaúcha teve uma variação muito acentuada, como mostra a Tabela B.

Tabela B: <i>A produtividade na indústria gaúcha em 1920, 1937 e 1946</i>			
	1920	1937	1946
Relação: produção/capital	1,4	2,1	3,0
Relação: produção/força motriz	11,6	20,6	26,9
Relação: produção/operários	14,3	22,7	72,7
Fonte: os números da tabela A.			

Esses números mostram que a produtividade cresceu em progressão aritmética quando medida pelos fatores “capital” e “força motriz”, mas cresceu em progressão geométrica quando medida pelo fator número de “operários”, com um grande salto no período 1937-1946, o que, em tese, significa que o mais importante fator de aumento da produtividade foi a mão-de-obra. Considerando que estamos no período em que há, de parte do governo federal, um aprofundamento da legislação trabalhista, não se deveria pressupor, um aumento drástico do nível de exploração absoluta da força de trabalho, mas sim uma modernização do processo de produção, que, possivelmente, tornou a mesma intensidade de trabalho muito mais produtiva. Isso apontaria para uma modernização da indústria e um conseqüente desenvolvimento marcante durante o período estadonovista.

Um dado apresentado por Cordeiro de Farias no relatório entregue a Getúlio Vargas, em 1943, sobre seu governo, também impressiona sob essa mesma perspectiva da importância da produção industrial em comparação com a produção agrícola e pecuária. No ano de 1941, a produção industrial teria valido Cr\$ 2.200.000.000,00, enquanto a agricultura teria rendido Cr\$ 1.000.000.000,00 e a pecuária 900.000.000,00.⁹ Isso significaria que a agricultura e a pecuária juntas produziram menos que a indústria sozinha. Esses dados refutariam as afirmações sobre a desatenção em relação à indústria e a concentração das atenções sobre a tradição agropastoril do Rio Grande do Sul.

Poderíamos colocar sob suspeita os dados estatísticos, para explicar a aparente contradição entre as afirmações num e noutro sentido. Em 1942, circularam notícias de que as estatísticas foram, oficialmente, consideradas “segredo militar” e não podiam mais ser divulgadas.¹⁰ Se, mesmo assim, continuaram a aparecer na imprensa, poderíamos imaginar a existência de distorções e fraudes premeditadas – inclusive antes dessa data. Mas, por outro lado, em 1944, José Carlos de Macedo Soares, então presidente do IBGE, considerou que as estatísticas produzidas no Rio Grande do Sul eram as melhores de todo o país.¹¹ Deveríamos, por isso, partir do pressuposto de que temos as melhores estatísticas *possíveis*.

Mas o próprio relatório de final de governo de Cordeiro de Farias nos fornece informações que sugerem uma interpretação possível para essa aparente contradição dos dados estatísticos e talvez permita chegar à conclusão de que eles não estão totalmente errados. Ao tentar “fundamentar o reconhecido imperativo governamental de estimular e aprimorar a atividade agrícola e pastoril do Rio Grande”, o interventor apresentou os seguintes números: no ano de 1942, do valor total das exportações do estado, 31% couberam “às matérias agrícolas, 30% às pecuárias, 6% a produtos agrícolas manipulados e 17% aos da transformação pecuária”. Esses índices somados representam 84% das exportações. O que nos permite afirmar que, no que tange às *exportações*, a agropecuária continuou constituindo o centro da economia gaúcha. Nesse contexto, reafirmou a vocação gaúcha de “celeiro” do país. No entanto, também informou que do citado valor de 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros da “produção industrial”, Cr\$ 1.174.564.000,00 provinham da transformação de produtos agrícolas ou pecuários – o que representaria 53% de toda a produção industrial.¹² A produção das “outras” indústrias se restringiria, nesse caso, a Cr\$ 1.025.436.000,00. A partir desses números, a soma das produções agrícola, pecuária e da indústria de transformação de produtos agropecuários alcançaria o valor de CR\$ 3.074.564.000,00, representando um percentual de 75% – ficando as demais indústrias apenas com um quarto do valor da produção nos dois citados setores da economia gaúcha. É verdade que esses dados estatísticos podem esconder uma armadilha, pois não se sabe se aqui não temos o valor dos produtos agropecuários contados *in natura* e, depois, esses mesmos produtos contados mais uma vez após sua transformação, em cujo valor, porém, estaria embutido o valor anterior à sua transformação.

Abstraindo desse problema de interpretação, há informações que sugerem que as dificuldades que as “outras” indústrias – isto é, as que não se dedicavam à transformação de produtos agropecuários – enfrentaram foram de várias ordens. Em primeiro lugar, havia a

⁹ Farias, Osvaldo Cordeiro de. *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas. DD. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. Porto Alegre: Of. Gráf. Imprensa Oficial, 1943, p. 6.

¹⁰ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, nº 5, 1942, p. 2.

¹¹ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, nº 21, 1944, p. 32.

¹² Farias, *Relatório...*, p. 61-62.

falta de energia elétrica. Ao finalizar seu relatório a Vargas, em 1943, Cordeiro de Farias escreveu, no que tange aos problemas enfrentados pela economia: “Problema que se me afigura primordial, no estado presente de nosso desenvolvimento econômico, é o das forças elétricas”.¹³ Como ficou claro pelos dados sobre as exportações, as “outras” indústrias produziam basicamente para o consumo interno. Nesse sentido, as dificuldades de transporte foram o segundo grande fator a causar empecilhos a uma expansão. Mesmo que durante os Estado Novo tivesse sido levado a efeito uma política de melhoria dos diversos tipos de transporte, o setor era, historicamente, deficiente, sobretudo o rodoviário. Mais uma vez na avaliação de Cordeiro de Farias: “Lícito será afirmar que nenhum outro setor da administração era mais descuidado, até 1938, do que o da rodoviação”.¹⁴

Afora esses dois problemas infra-estruturais, ocorreu uma série de situações circunstanciais. Em 1941, ocorreu uma das maiores enchentes da história do Rio Grande do Sul. Além dos estragos causados em várias regiões do interior, diminuindo a capacidade de consumo, foram afetados de forma drástica vários estabelecimentos industriais, em especial na capital. Esse acontecimento climático predomina na memória dos habitantes mais antigos dos bairros atingidos, como constatou Alexandre Fortes em sua pesquisa sobre o Quarto Distrito. No ano seguinte, um fator climático inverso, uma enorme seca, afetou mais uma vez a capacidade de demanda dos consumidores. Por essa mesma época – com a deterioração das relações políticas entre o Brasil e os países do Eixo –, apareceram outros problemas. Tornava-se difícil obter matérias-primas, combustível e máquinas para reposição ou expansão, que vinham do exterior. Até a navegação de cabotagem, ao longo do litoral brasileiro, tornou-se perigosa. A tensão política entre Cordeiro de Farias, e demais autoridades, com suas preocupações “etnográfico-internacionalistas”, de um lado, e grande parte do empresariado constituído de italianos e alemães ou seus descendentes, do outro, também não foi benéfica para a expansão industrial nesses anos. Essa tensão acabou desembocando, inclusive, nos quebra-quebras de indústrias e comércio de agosto de 1942. Na época, A. J. Renner era presidente do Centro da Indústria Fabril, precursor da FIERGS. Renunciou ao cargo, porque havia um consenso entre os principais membros da entidade de que as depredações tinham ocorrido sob instigação – ou, no mínimo, com a complacência – de Cordeiro de Farias.¹⁵ Se é verdade que o empresariado industrial apostara, antes de 1937, em Flores da Cunha, como sugere Marli Metz¹⁶, pode-se ter uma idéia do clima que se criou. Depois de Cordeiro de Farias ter abandonado a interventoria, já em 1944, Ernesto Pellanda escreveu um artigo no *Observador econômico e financeiro*, no qual criticou autores como Jacques Lambert, Alberto Torres e Oliveira Vianna, que teriam subestimado o papel de alemães e descendentes no processo de industrialização do Rio Grande do Sul.¹⁷ Ao mesmo tempo lançou um livro sobre A. J. Renner – iniciativa que dá uma idéia do clima que deve ter reinado nos anos anteriores contra esse e outros empresários. Os efeitos da depredação sobre Renner foram descritos nos seguintes termos por Pellanda: “O choque e o desgosto de A. J. Renner não tiveram então limites, vendo ignorados os seus serviços ao

¹³ Farias, *Relatório...*, p. 251.

¹⁴ Farias, *Relatório...*, p. 115.

¹⁵ Haas, Ani Maria Schiphorst. *A industrialização no Rio Grande do Sul – o empresário industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1971 (mimeografado), p. 156 e segs.

¹⁶ Mertz, Marli. A burguesia industrial gaúcha nos anos 30: a defesa da ‘representação das classes’ como forma de participação política. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 17, nº 2, 1996, p. 387-406.

¹⁷ Pellanda, Ernesto. Sócio-geografia da indústria riograndense. *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano II, nº 22, 1944, p. 10-12.

país, seus sentimentos de brasileiro, seu patrimônio moral, enfim”.¹⁸ A partir do texto de Pellanda, na revista, pode-se ter uma idéia daquilo que se passava na cabeça de, no mínimo, algumas autoridades: “Se predominam absolutamente entre os empreendedores os nomes de origem alemã e italiana, nada autoriza absolutamente que se chame de estrangeira a indústria que brotou em nosso meio”. Antes dessa frase escrevera: “E essa indústria que assim se afirma preponderante nos destinos do Rio Grande, queiram ou não os sociólogos que timbram em ignorar o estágio de civilização industrial para cujos cumes nos encaminhamos irresistivelmente, é riograndense e brasileira legítima e absolutamente não se confunde com as ‘atividades coloniais’ de sentido europeu, de *exploração imperialista*”.¹⁹ Essas observações sugerem que, entre os “sociólogos”, havia, até, prevenção contra a industrialização gaúcha, por se temer que ela escondesse em seu bojo maquinações imperialistas.

Assim, apesar de algumas medidas para incentivar a indústria – como os decretos-leis nº 93 e 95, de 26 de junho de 1941, que isentavam do imposto de indústrias e profissões as fábricas que se instalassem para beneficiar fibras têxteis e concediam o mesmo benefício, até fins de 1943, a quaisquer indústrias que não tivessem similar no estado – assim, a indústria não pôde experimentar um desenvolvimento maior. Tudo indica que a participação relativa da indústria na constituição do PIB estadual crescia, mas a pecuária continuava sendo o setor considerado mais importante e mais favorecido da economia gaúcha por iniciativas governamentais. Uma campanha intensa dos empresários industriais para que a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio fosse desdobrada não obteve sucesso.²⁰ A acusação que se fazia era a de que os titulares da secretaria eram, invariavelmente, representantes do setor pecuário e que, por conseguinte, as atenções básicas dessa instância governamental se concentravam nesse setor.

Em seu relatório, Cordeiro de Farias destacou o crescimento do orçamento da Secretaria da Agricultura. Teria passado de Cr\$ 5.700.000,00, em 1936, para Cr\$ 19.200.000,00, em 1942, com um aumento de 236%, portanto. Interessante é que o relatório, apesar de destacar os esforços dedicados à triticultura, à orizicultura e à vinicultura, e de estar, nesse sentido, repleto de estatísticas sobre o crescimento das atividades e dos investimentos da secretaria, não apresenta nenhuma estatística diacrônica, que traçasse uma curva da produção – para mostrar melhorias palpáveis. O texto parece desculpar-se quanto a esse particular: “Enfrentamos, portanto, o problema com bravura e sem medir sacrifícios. E a obra realizada não deve ser medida pelas messes colhidas, pois que neste terreno, como na da fábula célebre, hoje se planta para que colham as gerações futuras. No campo da experimentação e do aprimoramento agrícola e pecuário, longo tempo se requer para os verdadeiros resultados se manifestarem em toda a grandeza”. A enchente, de 1941, e a seca, de 1942, foram responsabilizadas pelos resultados limitados do alegado esforço: “Anos a fio consome o beneditino esforço que, muito amiúde, baldado se torna diante de forças naturais adversas e insubjugáveis. Vence por fim a ciência, mas o tempo e a paciência hão de ser seus aliados”.²¹

¹⁸ Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner, um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944, p. 83.

¹⁹ Pellanda, *Sócio-geografia...*, p. 12 e 11, respectivamente. Pellanda mostra, no texto, que de 150 empreendimentos do ramo metalúrgico 78 tinham como proprietários pessoas de sobrenome alemão e 47 de sobrenome italiano (p. 12).

²⁰ Haas, *op. cit.*, p.

²¹ Farias, *Relatório...*, p. 63.

Um dos setores agrícolas que se procurou incrementar desde antes do Estado Novo foi o do trigo. Cordeiro dedicou atenção especial a uma estação experimental em Bagé. Com o mesmo propósito, em 1938, assinou decreto estabelecendo preço mínimo, superior ao do trigo importando. Até se festejou o “Dia do trigo”, em Porto Alegre.²² As estatísticas registram, efetivamente, aumento da produção (140.000t em 1940, 150.000 em 1941 e 180.000 em 1942). Mas em 1939 haviam sido plantados cerca de 20.000 hectares a mais do que no ano anterior, e, mesmo assim, a safra fora menor que a de 1938. Ainda houvesse o indicado crescimento no volume da produção, a crise não foi solucionada, pois mesmo que a produção variasse para melhor, problemas na comercialização fizeram com que o setor permanecesse em crise permanente.²³

Da mesma forma, ainda que o estado desse atenção especial à orizicultura, com a criação da Estação Experimental de Gravataí²⁴, e ainda que na perspectiva de longo prazo o cultivo se modernizasse²⁵, a produção não apresentou aumentos claros e constantes. Apesar de divergências nas estatísticas, a evolução da produção apresenta os números que se encontram na Tabela C.

Tabela C: <i>Produção de arroz no RS nas safras de 1936/37 a 1944/45 (em toneladas), segundo dois autores</i>					
	1936/37	1937/38	1938/39	1939/40	1940/41
Pimentel	228.448	222.080	313.195	338.590	271.782
Anais...	222.400	324.198	326.082	305.195	317.574
	1941/42	1942/43	1943/44	1944/45	
Pimentel	331.731	281.351	491.580	389.130	
Anais...	384.203	299.560	516.069	389.130	
Fonte: Pimentel, Fortunato. <i>Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: s. e., 1949, p. 59; <i>Anais do Congresso Estadual de Orizicultura</i> . Porto Alegre, 29 e 30 de janeiro de 1966, p. 210.					

Os números indicam que houve avanços. Mas o aumento da produção não significou, necessariamente, progresso geral. O produto foi perdendo espaço na pauta de exportação a partir de 1940²⁶, diminuindo sua participação em volume e em valor nas exportações (volume: 1938 = 23,1% do valor; 1939 = 24,8%; 1940 = 20,2%; 1941 = 15,8%; valor: 1938 = 15,8%, 1939 = 13,9%; 1940 = 10,3%; 1941 = 10,9%.²⁷ As coisas só melhoraram novamente a partir de 1942, quando o preço do produto teve uma ascensão significativa. De uma média de R\$ 800,00 em 1938, R\$ 600,00 em 1939, R\$ 600,00 em

²² Pimentel, Fortunato. O Rio Grande do Sul e suas riquezas. [Porto Alegre?]: Livraria Continente, s. d. [1944?], p. 685.

²³ *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, nº XCII, 1943, p. 79-92. Cf., também, Reinert,

²⁴ Pimentel, Fortunato. *Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s. e., 1949, p. 30.

²⁵ Torres, João Carlos Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a grande depressão: 1920-1939. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, vol. 3, nº 2, 1983, p. (olhar na revista ou na ficha)

²⁶ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano I, nº 2, 1942, p. 7 e segs.

²⁷ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano I, nº 4, 1942, p. 2-5.

1940, R\$ 1.000,00 em 1941, passou para R\$ 1.500,00 em 1942, R\$ 1.600,00 em 1943, R\$ 1900,00 em 1944 e R\$ 2.100 em 1945.²⁸

Os dados sobre o vinho, para cujo fomento tinha sido criado, também ainda antes do Estado Novo, o Instituto Riograndense do Vinho, apontam para uma curva que estava muito longe de ser claramente ascendente: segundo as estatísticas, foram 705.200 hectolitros em 1939, 551.000 em 1940, 186.000 em 1941, 784.800 em 1942 e 419.00 em 1943.²⁹

No que tange à pecuária, o interventor também destacou o empenho estatal para o aperfeiçoamento. Referiu o controle da saúde animal, a instalação de postos zootécnicos (como o da Serra, em Tupanciretã), o Serviço de Peles e Lãs, a importação de reprodutores, o registro genealógico, a promoção de exposições. Também aqui – apesar das tabelas que mostram o crescimento dos investimentos e das atividades de apoio no decorrer dos anos – não foram apresentados números sobre o comportamento da produção ao longo do período. Um artigo de D. Brossard sobre “problemas da nossa economia pecuária”, em *Orientação econômica e financeira*, do início de 1942, revelou que o volume dos abates estava no nível de 1931, o pior nos últimos 15 anos.³⁰ Os dados sobre os principais ramos da população pecuária podem ser vistos na Tabela D.

Ano	Bovinos	Suínos	Ovinos	TOTAL
1937	1.389.320	981.506	563.527	2.934.953
1938	1.190.670	1.092.461	575.410	2.887.541
1939	1.252.258	1.256.128	584.232	3.092.616
1940	1.252.611	982.282	582.845	2.817.638
1941	1.149.205	912.490	520.785	2.582.480

Fonte: *Orientação econômica e financeira*, ano III, nº 26, 1944, p. 15-16.

Quanto à industrialização de produtos pecuários, Cordeiro de Farias referiu-se aos problemas advindos do monopólio dos frigoríficos Swift e Armour, que prejudicavam o setor. Também aqui, apesar do destaque dado ao empenho governamental na criação de matadouros, através do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, e de outras medidas, o relatório não conseguiu ir além da esperança de que as coisas viessem a melhorar: “Creio, portanto, que a meu período governativo coube a fortuna de assentar as bases e as linhas cardiais da estrutura industrial de sua economia pastoril”.³¹

A curva dos números referentes ao abate de bovinos – a mais importante área da pecuária – de forma alguma é ascendente, como se pode ver pelos seguintes dados: 1937 = 934.692 cabeças, 1938 = 739.297, 1939 = 805.656, 1940 = 754.470, 1941 = 690.793, 1942 = 689.825, 1943 = 512.574, 1944 = 589.951, 1945 = 518.958.³² O autor apresenta um gráfico que mostra que a partir de 1942 o percentual de carne transformada em conservas e

²⁸ Pimentel, *Aspectos gerais da cultura do arroz...*, p. 109. João Carlos Brum Torres considera que a cultura do arroz foi uma das poucas culturas coloniais que se modernizaram no período (Torres, loc. cit., p. ?)

²⁹ *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, nº XCVI, 1943, p. 145. João Carlos Brum Torres considera que a cultura do arroz foi uma das poucas culturas coloniais que modernizaram no período (Torres, p. ?).

³⁰ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano I, nº 1, 1942, p. 26.

³¹ Farias, *Relatório...*, p. 98.

³² Pimentel, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos*. (Sem indicações – [1949?]), p. 58.

frigorificada – o setor de transformação mais moderno – diminuiu em muito sua participação relativa no total de abates. Se os dados estão corretos, os percentuais são os seguintes: em 1942 os abates destinados à indústria frigorífica e de conservas representavam 69% e o daqueles destinado à fabricação de charque 31%; nos anos seguintes essa relação se alterou nas seguintes proporções: 1943 = 60% x 40%, 1944 = 46% x 54%, 1945 = 12% x 88%.

Numa classificação dos abates nas categorias “consumo público”, “consumo próprio” e “industrialização”, observa-se que nas duas categorias destinadas ao consumo *in natura* o número de bovinos abatidos diminuiu de 1943 a 1945, aumentando, porém, o consumo de suínos e ovinos. Os dados são os seguintes: bovinos para consumo público – 1943 = 234.788 cabeças, 1944 = 234.923, 1945 = 205.272; bovinos para consumo próprio – 1943 = 123.940, 1944 = 108.015, 1945 = 78.222; suínos para consumo público – 1943 = 25.789, 1944 = 29.750, 1945 = 48.469; suínos para consumo próprio – 1943 = 271.750, 1944 = 275.207, 1945 = 271.365. Mesmo que os dados do abate para consumo próprio não sejam muito confiáveis, fica claro que o consumo público de carne bovina – tradicional alimento gaúcho e durante décadas básico para a economia do estado – estava em recuo.³³

Se estagnação e crise sugeridas pelos números não aparecem a todo momento nas fontes, isso se deve à *exportação*. Se a economia gaúcha de 1938 a 1945 conseguiu registrar números positivos, isso se deveu, em boa parte, ao fato de que, mesmo diminuindo de volume, e perdendo mercados internos³⁴, as exportações tiveram crescimento no valor, graças aos efeitos da guerra.

A Tabela E mostra as exportações de 1937 a 1943, em volume e valor, atribuindo-se ao primeiro ano o índice 100. Vê-se que o volume só em 1942 chegou a um patamar de 21% acima do de 1937, mantendo-se, no conjunto, dentro de um nível só aproximadamente 10% superior àquele ano. Já quanto ao valor, vemos que, excetuado 1938, fica evidente um crescimento constante e num nível que chegou aos 200% sobre 1937. A inflação esteve distante desse índice. Com esse crescimento no valor, até eventuais quedas no volume foram compensadas. Assim, de 1940 para 1941 o volume caiu em 10%, mas verificou-se um aumento de 17% no valor obtido; de 1942 para 1943 o volume reduziu-se em 9%, mas o valor aumentou em 15%.

Tabela E: Índice das exportações gaúchas – 1937-1943									
	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Volume	100	108	109	115	104	121	110	119	97
Valor	100	97	103	117	137	185	213	294	307
Fonte: <i>Orientação econômica e financeira</i> , Porto Alegre, ano II, nº 22, 1944, p. 3; ano III, nº 35, 1945, p. 19-20; ano IV, nº 43, 1946, p. 6.									

Os efeitos do desempenho da economia poderiam ser aferidos em todos os setores de vida do estado. Mas nos limitaremos a dois campos distintos, o setor público, isto é, o orçamento do estado, e o setor privado, isto é, o abastecimento, sobretudo o alimentar.

A Tabela F apresenta o comportamento do orçamento estadual entre 1938 e 1945.

³³ Ibid., p. 340.

³⁴ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano I, nº 2, 1942, p. 7.

Ano	Receita orçada	Despesa fixada	Arrecadação efetiva	Despesa efetiva
1938	R\$ 305.741.826	R\$ 322.401.876	R\$ 287.077.259	R\$ 317.103.601
1939	R\$ 349.167.287	R\$ 348.784.485	R\$ 328.065.661	R\$ 323.365.315
1940	R\$ 346.745.000	R\$ 369.708.718	R\$ 340.601.087	R\$ 365.663.521
1941	R\$ 360.355.782	R\$ 382.016.421	R\$ 349.736.076	R\$ 384.736.003
1942	R\$ 257.254.934	R\$ 378.679.209	R\$ 433.267.977	R\$ 465.206.039
1943	R\$ 451.291.404	R\$ 462.072.949	R\$ 520.188.198	R\$ 504.716.127
1944	R\$ 527.319.067	R\$ 570.988.692	R\$ 617.497.546	R\$ 579.067.090
1945	R\$ 640.849.281	R\$ 655.815.846	R\$ 731.314.265	Ver caderno

Fonte: *Orientação Econômica e financeira*, Porto Alegre, ano III, nº 27, 1944, p. 34; ano III, nº 31, 1944, p. 37-39; *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, nº XCV, 1945, p. 143 e segs.; Pimentel, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos*. (Sem indicações, [1949?]), p. 13.

Os números mostram que, com exceção de 1938 e 1939, a própria despesa fixada, isto é, os gastos previstos, foram superiores à receita orçada, ou seja, à arrecadação prevista. E nas duas colunas da direita, onde aparece não o movimento planejado, mas o efetivo, vemos que sob Cordeiro de Farias, com exceção dos anos de 1939 e 1943, a despesa efetiva sempre foi superior à arrecadação. Isso significava endividamento do estado. Somando-se a arrecadação efetiva e a despesa efetiva dos anos 1938 a 1943, obtém-se um resultado negativo de R\$ 101.825.345,00, o que representa cerca de 20% do orçamento deste último ano. Em 1944 foi obtido um superávit, mas, mesmo que representasse mais de 37% da dívida acumulada nos anos anteriores, já no ano de 1945 (ver isso, com o novo dado de 1945).

Abstraindo dos efeitos sobre as finanças públicas, é necessário atentar também para os efeitos da economia sobre o cotidiano dos cidadãos. Desde a enchente de maio de 1941 houve problemas com abastecimento de víveres. A seca do ano seguinte e a guerra foram responsáveis pela deterioração do quadro. As importações caíram e ocorreu uma alta dos preços – sobretudo da carne – no mercado internacional, levando os produtores a canalizá-la para fora do mercado gaúcho. O governo interveio, com o tabelamento dos produtos de primeira necessidade, e o Instituto Rio-Grandense de Carnes começou a pagar a diferença entre o valor recebido na exportação e o valor estabelecido pelo tabelamento, mas o ônus com o pagamento dessa diferença se tornou muito alto, e o governo teve de intervir de forma direta, estabelecendo uma taxa de R\$ 0,03 por quilo de carne exportada. Essa medida, no entanto, também não resolveu o problema do abastecimento e do acesso da população à alimentação – o aumento dos preços não pôde ser evitado. Os produtos de primeira necessidade oscilaram entre, no mínimo, 29,3%, em Alfredo Chaves (Veranópolis), e 53,9%, em Lagoa Vermelha; em Porto Alegre esse índice ficou em 30,8%.³⁵

Uma pequena lista de produtos pode ilustrar o avanço dos preços entre 1939 e 1945. Na Tabela G vê-se que só dois produtos agrícolas, que possivelmente não eram exportados (cebola e feijão), tiveram aumento pequeno ou até sofreram deflação, mas os demais sofreram aumentos entre 30% e 96%. Além disso, a carne, por exemplo, não só sofreu um aumento de mais de 50%, mas foi desaparecendo do mercado. Em 1945 foi estabelecido um racionamento do produto, com venda nas segundas e sextas-feiras.³⁶ E isso apesar de que o

³⁵ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano I, nº 6, 1942, p. 2-5.

³⁶ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano III, nº 32, 1945, p. 21.

consumo já vinha caindo nos anos anteriores, ao menos na capital, onde em 1939 haviam sido consumidos 88.704.420 Kg, em 1940 foram 87.472.690 e em 1941 83.670.886.³⁷

Banha inspecionada	R\$ 3,10	R\$ 6,10	+96%
Açúcar refinado	R\$ 1,60	R\$ 3,10	+93%
Farinha de milho	R\$ 0,80	R\$ 1,50	+88%
Sal moído	R\$ 0,40	R\$ 0,70	+75%
Manteiga pasteurizada	R\$ 8,00	R\$ 14,00	+75%
Café moído	R\$ 4,20	R\$ 6,90	+64%
Carne de segunda	R\$ 1,60	R\$ 2,50	+56%
Carne de primeira	R\$ 2,10	R\$ 3,10	+47%
Leite Pasteurizado	R\$ 1,00	R\$ 1,30	+30%
Cebola	R\$ 1,60	R\$ 1,70	+6%
Feijão extra	R\$ 1,30	R\$ 1,25	-4%

Fonte: *Orientação econômica e financeira*, nº 13, 1945, p. 19 e segs.

A revista *Orientação econômica e financeira* escreveu, em editorial intitulado “Salário e custo de vida”, que um questionário distribuído pelo Departamento Estadual de Estatística mostrou “invariável déficit entre os salários e as despesas efetuadas” por assalariados. Os assalariados estariam recebendo um salário que só permitia ingerir calorias um quinto abaixo do recomendado, sem falar em outras necessidades da vida.³⁸ O consulado americano informou, em de 11 de maio de 1944, ao seu governo que “a média de aumento nos alimentos básicos em Porto Alegre foi de 64% entre dezembro de 1937 e janeiro de 1944. A média de aumento de salários foi de 32%”. Banha e arroz teriam aumentado 100% e 136%, respectivamente.³⁹

³⁷ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano III, nº 26, 1944, p. 15 e seg.

³⁸ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano III, nº 22, 1944, p. 1.

³⁹ Fortes, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito*”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Campinas: UNICAMP, 2001 (tese de doutorado).